



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ata n.º 354** -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pela Senhora Primeira Secretária, Maria Lúcia Braga Araújo, e pela Senhora Segunda Secretária, Maria Alexandra Ferreira Henriques, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- **Ponto um:** "Apreciação e votação da Ata n.º 353 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"; -----

----- **Ponto dois:** "Informações para conhecimento"; -----

----- **Ponto três:** "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA".

----- **Período da Ordem do Dia:** -----

----- **Ponto um:** "Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA"; -----

----- **Ponto dois:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima, nos termos conjugados da alínea h) do n.º 1 e da alínea k) do n.º 2 do art.º 3 do RAMA"; -----

----- **Ponto três:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento de Funcionamento e da Atividade do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Anadia, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 3 do RAMA".-----

----- **Período de Intervenção do Público:** -----

----- "Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do MIAP, substituído por Luís Manuel da Silva Ferreira, que se fez substituir por Mário Augusto Carreira Heleno, que por sua vez se fez substituir por Arlésio Moreira da Silva; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do MIAP; -----
- • Aníbal José Franco Ferreira – GM do MIAP, substituído por Leonildo Moreira da Silva Macedo, que se fez substituir por Liliana Isabel Rodrigues Duarte, que por sua vez se fez substituir por Maria Manuela Mesquita Tomás Barreto; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PPD/PSD; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP; -----
- • Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves – GM do PPD/PSD; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Arménio de Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
----- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
----- • Victor Manuel Santiago Tavares – GM do PPD/PSD; -----
----- • Elisabete da Conceição Aguiar Garrido – GM do MIAP, substituída por Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes; -----
----- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
----- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – CDS/PP; -----
----- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP; -----
----- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do PPD/PSD; -----
----- • Manuel de Oliveira Marinha – GM do MIAP; -----
----- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP; -----
----- • Filipa Cardoso Tomás – GM do PPD/PSD; -----
----- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP. -----
----- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
----- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
----- • Manuel Batista Veiga – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima; -----
----- • José Arlindo Fernandes Simões – GM do MIAP – PJF da Moita; -----
----- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do MIAP – PJF de Sangalhos; -----
----- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
----- • António Ferreira de Carvalho – GM do MIAP – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
----- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
----- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Arcos e Mogofores; -----
----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. -----
----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
----- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Vereador; -----
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
----- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
----- • Anabela Fernandes de Melo – PPD/PSD – Vereadora; -----
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência; -----
----- • Ricardo César Galante Oliveira Manão – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. - ----- Apresentados os cumprimentos, com uma saudação especial para todos os que seguem em direto esta sessão da Assembleia Municipal através do canal YouTube, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou os presentes para o cumprimento e para a observância das



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regras de proteção e controlo do COVID.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigiu uma palavra de regozijo pela presença da Senhora Deputada Cristina Neves, a quem pessoalmente endereçou as melhores venturas na luta que corajosamente debate, desejando-lhe as boas vindas.-----

----- De imediato começou por dar nota dos pedidos de substituição, com base no artigo décimo segundo do RAMA, apresentados pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que informou que se faria substituir por Luís Manuel da Silva Ferreira, que se fez substituir por Mário Augusto Carreira Heleno, que por sua vez se fez substituir por Arlésio Moreira da Silva; pela Senhora Deputada Municipal Elisabete da Conceição Aguiar Garrido, do Grupo Municipal do MIAP, que informou que se faria substituir por Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes e pelo Senhor Deputado Municipal Aníbal José Franco Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP, que informou que se faria substituir por Leonildo Moreira da Silva Macedo, que se fez substituir por Liliana Isabel Rodrigues Duarte, que por sua vez se fez substituir por Maria Manuela Mesquita Tomás Barreto, sendo as acima referidas substituições efetuadas nos termos do artigo décimo sexto do mesmo Regimento. -----

----- Os pedidos foram aceites nos termos do artigo décimo sexto da mesma norma legal tendo sido verificada a identidade e legitimidade dos Senhores Deputados. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou os presentes para a necessidade de assinarem o Livro de Presenças. -----

----- Antes de passar à ordem de trabalhos aprovada pela Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente informou o plenário de que se encontrava disponível para consulta toda a correspondência recebida e expedida pela Mesa da Assembleia Municipal, no intervalo das sessões, conforme preceituado na alínea s), do número um, do artigo vigésimo primeiro do RAMA. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha sido emitida uma nota de imprensa para reforço da informação e publicitação desta sessão. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa, confirmada a presença de trinta Senhoras e Senhores Deputados Municipais na sala, a sua legitimidade, e constatada a existência de quórum, conforme previsto no número um, do artigo trigésimo segundo do RAMA, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão quando eram catorze horas e cinquenta minutos, a qual anunciou ter sido convocada nos termos do artigo vigésimo sexto do RAMA, e cuja organização de trabalhos observaria o preceituado nos artigos trigésimo quinto, trigésimo sexto e trigésimo sétimo do supracitado Regimento.-----

----- Apresentada a informação relativa às presenças e procedimentos regimentais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, de seguida, iriam passar ao **Período de Antes da Ordem do Dia**: -----

----- **Ponto um do Período de Antes da Ordem do Dia:** “Apreciação e votação da Ata n.º 353, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)”. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Com enquadramento no ponto um do período de antes da ordem do dia, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou, em relação à ata, reconhecer que foram feitas melhorias, mas que seria preferível arranjar uma transcrição integral da ata para que não houvesse dualidade de critérios na maneira como a mesma é elaborada. Reconhece que têm havido melhoramentos na maneira como ela é feita, têm havido melhorias, tem-se tentado resolver parte das situações que nós temos reclamado, mas seria melhor arranjar uma parte externa para a transcrever, porque por muita que seja a isenção, quando não é externa, acontecem dualidades de critérios, que até vêm doutros campos e doutras situações da sociedade portuguesa e que seria bom pensar nessa solução.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, se por ventura estava a fazer uma pequena recomendação no sentido de que as atas sejam realizadas por uma entidade externa. -----

----- Em resposta o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmou que a opção era fazer a transcrição da ata por uma entidade externa, evitando que da parte das pessoas pudesse haver uma interpretação, que há dualidade de critérios da maneira como a ata é elaborada, porque há determinadas coisas que são valoradas pela pessoa que faz a ata e nós pudemos achar perfeitamente o contrário e para evitar essas divergências o melhor seria transcrever na íntegra, embora reconheça que tem havido uma melhoria substancial na elaboração das mesmas.-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para afirmar que só tem medo que qualquer dia sejamos também contratados por uma entidade externa para vir para aqui, mas que é o entendimento do Senhor Deputado, que não é feito em forma de recomendação, mas que vai ficar registado na ata da sessão.-----

----- No uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, referiu que na página 8, entre a linha 3 e a linha 13, é feita a transcrição da intervenção do Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, e que o texto não está em itálico. Continuando afirmou que relativamente às observações que têm sido tidas aqui ao longo dos tempos sobre a questão das atas, parece que as pessoas nunca estão satisfeitas, pelo que lança um desafio, porque foi colocada em cima da mesa a palavra dualidade, que nesta ata em função da gravação e em função do que está escrito, façam prova dessa dualidade.-----

----- Interveio a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, e após cumprimentar todos os presentes, informando partilhar da opinião do Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, denota-se efetivamente uma melhoria na elaboração da ata e pela primeira vez é dada a possibilidade ao cidadão de tomar conhecimento das respostas dadas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o que é muito satisfatório. No entanto, no que diz respeito às intervenções, continuamos a verificar em alguns casos súmulas do que foi dito e noutras situações transcrições integrais do que é dito. Somos do entendimento que deveria ser



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adoptado um método padronizado, mas apesar disso queremos salientar positivamente esta mudança de procedimentos na redação das atas. -----

----- Usou novamente da palavra o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, para esclarecer que quando as nossas intervenções são transcritas, a Mesa recebeu um documento escrito e assinado por cada um dos Deputados a solicitar efetivamente essa intervenção, quando as intervenções são feitas sem esse documento escrito, o que está na ata é uma sumula do que foi dito. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal terá esses documentos consigo e poderá fazer prova disso para esclarecer os restantes Deputados dos procedimentos para elaboração desta ata. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não iria apresentar esses documentos, porque não houve qualquer pedido de esclarecimento, mas sim afirmações que ficarão registadas para posterior esclarecimento. -----

----- Intervio o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou acompanhar as palavras da colega Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, nas considerações sobre a ata e não deixar de dar um reconhecimento às melhorias prosseguidas, da mesma forma que já o tinha feito, quando passaram a ser incluídas mais propostas e declarações na ata, daí os meus parabéns e o voto favorável na aprovação da ata.-----

----- O Senhor Deputado Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP, depois de cumprimentar os presentes, interveio para manifestar a total discordância em relação ao que foi proferido pelo Senhor Deputado João Gaspar, nomeadamente quanto à transcrição integral da ata, porque vai contra ao que se encontra estipulado no art.º 34.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo. Uma grande parte das pessoas só leem parte do que está na lei e que passa a citar "De cada reunião é lavrada ata, que contem um resumo de tudo o que nela tenha ocorrido..." e só se bastam com isto que aqui está. Quando à frente, logo de imediato, diz "...e seja relevante para o conhecimento e a apreciação da legalidade das deliberações tomadas..." e não fala num resumo de todas as intervenções, como alguns dos Senhores Deputados querem que esteja lá transcrito. Obviamente que quando alguém vai fazer um resumo do que seja relevante há sempre alguma subjetividade, mas uma transcrição integral é absolutamente irrelevante de acordo com a lei. -----

----- Seguidamente interveio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmando que terá de se estabelecer um padrão de relevâncias, para acabar com a dualidade de critérios.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal efetuou a seguinte intervenção que se passa a transcrever:". Também tecerei relativamente a este assunto um comentário que penso que interpreta os posicionamentos dos Senhores Deputados. Passa-se na verdade para o significado de dualidade e o significado de seriedade. E de facto com todas as mazelas que porventura as atas poderão ter e que poderão ser perfeitamente curadas, outras há que se calhar não o serão de uma forma tão evidente, que é a história da dualidade e da seriedade. Tenho por mim, e falo pela Mesa da Assembleia Municipal, que nunca pusemos em causa a nossa dualidade ou



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seriedade. Da mesma forma que também sabemos perfeitamente que quem redige a ata nos merece a seriedade que se lhe impõe e passa também, como devem entender, pela audição da gravação áudio que serve mesmo para isso. De qualquer das formas utilizando a palavra de chegando e metendo tudo no saco, penso que sim, como qualquer outra coisa que nós possamos fazer, possivelmente poderemos fazer melhor. Aceito, portanto, todas as vossas críticas, no entanto com essa ressalva de utilização de palavras, que podem ser, como devem entender, interpretadas de uma forma quiçá depreciativa, que nós não admitimos, e penso também que não foi intenção dos Senhores Deputados." -----

----- E não havendo qualquer pedido de intervenção o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ata à votação, tendo anunciado, como resultado, num universo de vinte e cinco Deputados, a aprovação da Ata n.º 353, respeitante à sessão ordinária realizada no dia 26 de fevereiro de 2021, por maioria, com vinte e dois votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP Manuel José Santos Pinho, Maria Lúcia Braga Araújo, Carlos Delfim de Almeida Correia, Arménio de Almeida Cerca, Nuno Ricardo da Costa Portovedo, , José Manuel Oliveira Carvalho, Manuel de Oliveira Marinha, Ana Paula dos Santos Alves Allen, António Rafael das Neves Timóteo, Manuel Baptista Veiga, José Arlindo Fernandes Simões, António Floro dos Santos Ferreira, Mário Severo de Matos Marinho, António Ferreira de Carvalho, Carlos Dinis da Silva Torres, Ema Paula da Silva Dias Pato, Fernando Adelino Pina Fernandes e Óscar dos Santos Ventura, do Deputado Vítor Manuel Santiago Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, dois votos contra, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar e João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo e uma abstenção, do Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Não participaram na votação da ata os Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP Arlésio Moreira da Silva, Maria Manuela Mesquita Tomás Barreto, Maria Alexandra Ferreira Henriques e Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes e as Senhoras Deputadas do Grupo Municipal do PPD/PSD Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves e Filipa Cardoso Tomás, por se encontrarem abrangidos pelo disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em virtude de não terem participado na reunião de que a referida ata faz registo.-----

----- **Ponto dois do Período de Antes da Ordem do Dia:** *"Informações para conhecimento".*

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento às Senhoras e aos Senhores Deputados Municipais dos documentos que se encontram na pasta da correspondência, mas aos quais reputou maior importância, nomeadamente, a minuta de aprovação da Fase II do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Tecido Social e Económico, a minuta de aprovação da Medida de Incentivo à Retoma da Atividade Comercial e da Hotelaria, que nos foram remetidas pela Câmara Municipal, a Informação da DGAL que permite que a prestação de contas, por parte do Executivo, relativamente a 2020 possa ser



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realizada até 30 de Junho de 2021, as respostas aos requerimentos apresentados pelos Senhores Deputados à Câmara Municipal de Anadia e a informação da Câmara Municipal relativamente à descentralização administrativa.-----

-----**Ponto três do Período de Antes da Ordem do Dia:** *"Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA".* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que questionou a disponibilidade da Mesa para facultar, pelo menos a cada um dos líderes da oposição, estas informações em sistema digital, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informado que a mesma se encontra disponível na pasta da correspondência e que terão todas as possibilidades de acederem a esses documentos.-----

-----Mais questionou o Senhor Deputado da hipótese de a informação ser digitalizada na área reservada da Assembleia Municipal, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu não saber da possibilidade, devido ao elevado volume da informação, mas que poderiam sempre solicitar informação sobre determinado tema. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

-----*"Ex.ma Sr.ª Presidente da Câmara: ----- Atendendo a que não é pacífica, no que aos municíipes diz respeito, a questão de a vacinação estar a decorrer no Centro de Saúde de S. Lourenço do Bairro e não noutrro local, nomeadamente no Pavilhão dos Desportos, ou outro, à semelhança do que acontece em outros municípios, e com todos os inconvenientes daí decorrentes, gostaria que a Sr.ª Presidente nos esclarecesse sobre os porquês dessa decisão e qual a sua intervenção neste processo?----- Ainda no âmbito de questões relacionadas com a saúde, e sendo indiscutível a necessidade de obras de melhoramento no deteriorado Centro de Saúde de Anadia, porque vai a Câmara Municipal assumir a execução dessas obras e quais as vantagens, diligências e negociações envolvidas nesse projeto?"*-----

-----Questionada pelo Senhor Presidente da Assembleia se pretendia tecer algum comentário, a Senhora Presidente da Câmara, depois de cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que no conforto das suas casas ou dos seus escritórios, têm agora a possibilidade de nos acompanhar, fez a seguinte intervenção:-----

-----*"Dando-me a oportunidade de responder desde já a esta questão, eu gostava de dizer que desde o princípio, recuando um pouco a Fevereiro ou Março do ano passado, desde sempre o Município de Anadia esteve na linha da frente no combate ao COVID e desde o princípio disponibilizámos as nossas instalações, para que efetivamente a Saúde pudesse ter condições para prestar os devidos serviços na parte da testagem. Mais tarde veio a ser instalado o covidário junto do Hospital José Luciano de Castro, por opção também da Saúde, com o nosso acompanhamento e de acordo com as suas determinações. Criámos sempre as condições em*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

função das prioridades e em função das suas decisões. Como também desde logo disponibilizámos as instalações do Município: o Velódromo, o Pavilhão dos Desportos, entre outras instalações, e chegámos inclusivamente a visitar o Hospital de Sangalhos, sempre acompanhados pela nossa Delegada de Saúde, pela Autoridade Local de Saúde e pelo Presidente do Conselho Diretivo do ACES, no sentido de dar a conhecer as instalações que nós disponibilizámos, criando as condições, porque chegámos a ter camas montadas no próprio Velódromo, para que o mesmo fosse uma resposta enquanto hospital de campanha.-----

----- E chegando a este processo de vacinação, igualmente disponibilizámos as instalações que tínhamos para que a Saúde pudesse ter estas infraestruturas à disposição. Foram feitas visitas aos locais e inicialmente a decisão era para fazerem a vacinação no Centro de Saúde de Anadia e depois passou também para a Unidade de Saúde de São Lourenço. Obviamente que sempre refutámos esta situação porque entendemos que o Pavilhão tinha todas as condições para dar esta resposta. Não foi essa a opção da Saúde e deram prioridade à Extensão de Saúde de São Lourenço. -----

-----Na sexta-feira antes do Carnaval foi-nos dado quase um ultimato, ou na quarta-feira seguinte tínhamos a Extensão de Saúde com as condições, e as condições eram termos uma rampa de acesso a uma porta para o exterior, para se iniciarem as vacinas ou então ficariam só para o mês seguinte. Nesse mesmo fim de semana e com os nossos meios criámos a rampa de acesso e tivemos a colaboração e a disponibilidade do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro. Na quarta-feira iniciou-se o processo de vacinação na Extensão de Saúde de São Lourenço, contrariando obviamente tudo o que a Câmara tinha colocado à disposição. Portanto a opção de o processo de vacinação estar a decorrer na Extensão de Saúde de São Lourenço do Bairro não é da Câmara Municipal. -----

----- Em relação ao transporte dos doentes as solicitações chegam-nos muitas vezes via Bombeiros, via Saúde ou até para o telefone da minha Secretaria, a dizer que precisam de um transporte e fazemos a articulação com os restantes meios para irmos buscar pessoas acamadas ou com dificuldade de transporte. Portanto temos colocado todos os meios à disposição. -----

----- Contudo, se percebemos que no princípio a escolha não seria com certeza por uma questão funcional, mas porque havia um reduzido número de vacinas, não se justificaria ter um Pavilhão a tempo inteiro disponível para este processo de vacinação. O que é certo é que o número de vacinas foi aumentando, as pessoas com mais de oitenta anos estão vacinadas, já passámos a outra faixa etária, já se chegou aos Professores e aos Operacionais das escolas, e o que verificamos é que com um maior número de vacinas há um maior número de pessoas que accedem àquela Extensão de Saúde, que não tendo de todo as melhores condições, não é solução para as respostas que estão a ser dadas.-----

----- Na semana passada enviamos um ofício à Senhora Presidente da ARS do Centro, ao Senhor Diretor Executivo do ACES do Baixo Vouga e ao Senhor Vice-Almirante responsável pela task force da vacinação, dando a conhecer a posição da Câmara de Anadia, usando um termo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um bocadinho chocante, que era indigno que o processo de vacinação estivesse a decorrer na Extensão de Saúde de São Lourenço, face ao número de pessoas que hoje acedem àquelas instalações, entendendo que as condições não são as melhores. Porque além do espaço físico e da necessidade de haver um tempo de espera depois da vacinação, acresce o facto de as ambulâncias chegarem à Extensão de Saúde com pessoas acamadas e ficarem horas à espera, e já aconteceu as pessoas não serem vacinadas e dizerem-lhes "amanhã esteja cá às oito horas da manhã". E isso não pode de forma alguma acontecer, é inadmissível. E por isso demos nota desta nossa indignação por se continuar a manter o processo de vacinação na Extensão de Saúde de São Lourenço do Bairro. -----

----- Foi uma pronta resposta, mas entendemos que não deve continuar naquele local, pelo número de pessoas, pelo maior número de vacinas que passa a estar à disposição e porque vamos entrar numa fase, em que além das pessoas que vão tomar a segunda dose da vacina, haverá pessoas a tomar a primeira dose, pelo que se exige um espaço maior e com outras condições e com resposta mais corretas.-----

----- Demos nota da nossa posição ao Senhor Vice-Almirante, que há um mês atrás fez uma comunicação aos Municípios dizendo Senhores Autarcas preparem-se, porque vamos ter um grande número de vacinas e é necessário que os Senhores Autarcas estejam disponíveis e possam efetivamente colaborar com a Saúde, no sentido de criar condições, seja em pavilhões ou em espaços que tenham melhores condições para o processo de vacinação. Isto aconteceu de manhã, porque à tarde já tínhamos outra informação a dizer Senhores Autarcas aguardem, porque, entretanto, houve a suspensão da vacina da AstraZeneca e a partir daí não houve qualquer outra comunicação. -----

----- Isto só está a acontecer no ACES do Baixo Vouga, praticamente nos onze Municípios da Região de Aveiro, mas na CIM de Coimbra a ARS do Centro decidiu que o processo de vacinação iria acontecer nos Pavilhões ou Centros Culturais. Na Região de Aveiro começou tudo em extensões de saúde. Aveiro já tem neste momento um Pavilhão adequado, com outras instalações, e se isto aconteceu na cidade de Aveiro também pode acontecer em qualquer dos outros Municípios, mas temos que ter todas as orientações por parte de quem tem a responsabilidade deste processo de vacinação, seja a ARS do Centro ou o ACES do Baixo Vouga.-----

----- Após o envio da comunicação a resposta que eu recebi por parte do ACES do Baixo Vouga foi que remeteram o ofício que nós enviamos a determinadas pessoas, para que de facto pudessem comentar porque é que a Câmara de Anadia estava indignada relativamente a este processo de vacinação. Portanto aguardamos resposta e orientações, estando o Pavilhão dos Desportos apenas ocupado com o processo de testagem. Mas aguardamos que sejam claros por uma vez: ou não precisam do Pavilhão ou então é necessário, e temos de criar as devidas condições. -----

----- Em relação ao Centro de Saúde de Anadia e o porquê da intervenção, todos sabem e eu tive a oportunidade de dizer isto nesta Assembleia Municipal, que o Centro de Saúde de Anadia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha alguns problemas, seja no chão, seja nas infiltrações e depois em todo o programa funcional e não estando no primeiro mapeamento que foi feito pela ARS do Centro, obviamente que não tivemos a possibilidade de aceder à primeira fase dos fundos comunitários de apoio. Portanto ou seria o Município a suportar na totalidade ou não tínhamos efetivamente financiamento. Mas entendemos que era preciso fazer alguma coisa e de forma acanhada fomos dizendo à ARS que o Município de Anadia está disponível para fazer pequenas intervenções no hall de entrada, substituindo o pavimento, recuperando a claraboia e a seguir foi-nos logo proposto a criação de um gabinete de estomatologia e quando nos mandaram o estudo já tinha a reorganização de outros espaços.-----

-----Elencámos esse investimento no Orçamento Municipal, chegámos a contactar empresas que fizessem esse trabalho durante a noite, para que não colidisse ou perturbasse o mínimo possível o funcionamento dos serviços de saúde. Mas com a situação do COVID tudo isto se foi atrasando, até que os fundos comunitários disponibilizaram um aviso, onde todos os Municípios que tenham capacidade financeira e tenham projetos com a maturidade devida se possam candidatar. Rapidamente comunicámos à ARS do Centro quais eram as nossas prioridades em termos de saúde e para além dos investimentos e pequenas reparações que já fizemos em Avelãs de Cima, impunha-se desde logo esta intervenção no Centro de Saúde de Anadia e posteriormente na Extensão de Saúde de Sangalhos, já visitada quer pelo Diretor Executivo do ACES do Baixo Vouga quer pelo Arquiteto da ARS, no sentido de avaliar a situação e orientar-nos sobre o programa funcional.-----

----- Em relação ao Centro de Saúde foi trabalhado o projeto em parceria com a ARS do Centro e rapidamente concretizámos o projeto, lançámos a obra a concurso e, se não for hoje, amanhã estamos a apresentar a candidatura, porque os prazos terminam a 30 de setembro. -----

----- Se já nos tinha sido legitimada a primeira intervenção pela ARS, com um protocolo que nos disponibilizou para as obras que na altura nos propúnhamos realizar, neste momento a ARS já nos legitimou com um protocolo que nos remeteu, que darei conhecimento na próxima reunião do Executivo, no sentido de autorizar o Município de Anadia a realizar estas obras com o programa funcional que eles determinarem, dando resposta, supostamente, a todas as carências, esperamos nós, que hoje se impõem e é necessário e urgente executar no Centro de Saúde de Anadia.-----

----- Neste momento o investimento estima-se na ordem de 1.300.000,00 euros, autorizado pela ARS do Centro, com um estudo de viabilidade financeira por eles realizado e esperamos obter a participação dos fundos comunitários, nesta candidatura que vamos apresentar, e que se espera que no mínimo seja de 85% o valor da participação e daremos o passo seguinte para a Extensão de Saúde de Sangalhos.” -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para fazer uma pequena nota relativamente à sediação dos serviços de vacinação em São Lourenço do Bairro, que de alguma forma e nesta fase notória, provoca prejuízos aos utentes que habitualmente tinham as suas consultas na Extensão de Saúde de São Lourenço do Bairro e que agora têm de recorrer à de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aguim ou à de Vilarinho do Bairro. -----

----- Continuando afirmou que na primeira fase foi perfeitamente tolerável porque havia poucas pessoas e as instalações poderiam ser perfeitamente partilhadas, mas agora não o são e foram vocacionadas só para a vacinação e todos os utentes da área de Paredes, São Lourenço, Mogofores, Óis e Tamengos são prejudicados por não terem os cuidados de saúde onde habitualmente lhes eram prestados.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- *"Na sequência de uma intervenção que fiz na última assembleia e das informações há pouco dadas pelo Senhor Presidente, de realçar o reforço do programa municipal de apoio extraordinário ao tecido social e económico do concelho, é um reforço nomeadamente na redução das rendas de espaços do município que estão alugados, isenção das taxas para as esplanadas e novos critérios relativamente ao apoio ao emprego e à quebra de faturaçao, e a introdução de ainda mais atividades para a sua abrangência e a sua extensão no tempo, bem como os apoios ao relançamento de economia nomeadamente no comercio local, restauração e hotelaria, porque depois da pandemia e da fase da saúde, virá com certeza o problema da economia e o problema social e todos os apoios são importantes e necessários.-----"*

Duas perguntas Senhora Presidente: tendo conhecimento de que existem, no seio da nossa comunidade, algumas dúvidas e até confusão sobre a forma como será processado o loteamento junto ao Parque Urbano da Cidade, solicitava que esclarecesse os nossos municíipes sobre, nomeadamente, as condições, promoção e propriedade da futura construção. -----"

Uma segunda questão: relativamente ao protocolo intermunicipal para a limpeza do rio Levira, agradecia que nos desse também algumas informações e explicações sobre esse protocolo, com as consequentes condições, vantagens, valores e meios envolvidos nessa operação." -----"

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, para informar que já foram feitas algumas hastas públicas para a venda dos dois lotes de terreno junto ao Parque Urbano da Cidade, sem que tivessem aparecido interessados na licitação dos mesmos, pelo que a Câmara Municipal aprovou a realização de uma nova hasta pública, nos mesmos termos das anteriores, mas com a possibilidade de as parcelas serem adquiridas separadamente.-----

----- Em relação ao protocolo intermunicipal para limpeza do Rio Levira, celebrado entre o Ministério do Ambiente e da Ação Climática, a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Câmara Municipal de Anadia, a entidade promotora do investimento será a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, quer nos estudos e projetos quer na obra, sendo que, curiosamente, a maior extensão da intervenção situa-se no Município de Anadia, mas foi assim determinado pelo Ministério.-----

----- Continuando informou que neste momento o concurso encontra-se na fase de análise das



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propostas, a que se seguirá a adjudicação e o Ministério do Ambiente e da Ação Climática será o responsável pelo financiamento da intervenção. Se os Municípios pretenderem realizar quaisquer trabalhos além dos protocolados terão de o fazer a expensas próprias. -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, interveio sobre a situação de pessoas que por diversos motivos não conseguiram comparecer para a vacinação, nomeadamente doentes de alguma gravidade e idosos, e outras pessoas que por razões várias não conseguiram responder à mensagem que receberam, questionando a Senhora Presidente da Câmara Municipal se nos contactos que teve com a ARS foi colocada essa questão.-----

----- Prosseguindo e em relação ao suplemento de risco penosidade e salubridade, afirmou que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, na última Assembleia, lhe tinha pedido alguns exemplos de Autarquias que estivessem a implementar o suplemento em causa, apresentando agora os casos de Coimbra e do Porto e que as Juntas de Freguesia de Fânzeres e de São Pedro da Cova também procederam à atribuição aos trabalhadores do suplemento, questionando se já tinha solicitado algum relatório técnico que defina as funções que serão abrangidas pela atribuição do suplemento e se já foram ouvidos os representantes dos trabalhadores.-----

----- Interveio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, perguntando à Senhora Presidente da Câmara Municipal se dispunha de alguma informação sobre o número de vacinas que serão disponibilizadas nos próximos tempos e de alguma previsão da evolução da vacinação.-----

----- Continuando afirmou que teve conhecimento de que os alunos do Polo Escolar de Anadia passam o intervalo nos corredores, por a escola não ter condições para que possam utilizar o espaço do recreio, questionando se já há uma resposta ou qualquer coisa pensada para esta resolução.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Cristina Neves, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que após cumprimentar todos os presentes, apresentou algumas situações de insalubridade pública, devido à existência de algumas casas devolutas e em avançado estado de degradação, que causam problemas aos vizinhos, nomeadamente na Rua do Outeiro, n.º 5, na Moita, na Rua de Trás, em Anadia e na Rua da Barrosa, n.º 22, em Avelãs de Cima.-----

----- Seguidamente apresentou uma situação que se verifica em Alféloas, na casa da D. Lurdes, em que foi feita a repavimentação da rua, mas não foram feitas as valetas, e quando chove a água entra-lhe dentro de casa e outra que se verifica em Anadia, na estrada que vai para a Moita, junto à casa do Eng.º Mário Santiago, onde recentemente foi construído um muro que ocupa o passeio.-----

----- Finalizando solicitou a ajuda da Senhora Presidente da Câmara Municipal para resolver um problema que já é antigo, relativo ao poste da EDP em Tamengos, que se encontra na estrada e que, especialmente à noite, é extremamente perigoso, e alertou para o mau estado da estrada ao lado do Edifício Panorama, que causa problemas quer aos peões quer aos condutores.-----

----- Questionada pelo Senhor Presidente da Assembleia se pretendia tecer algum comentário, a Senhora Presidente da Câmara em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmou



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não é a Câmara que contacta diretamente as pessoas no processo de vacinação, mas se formos contactados por alguma pessoa, nós comunicamos ao Centro de Saúde de Anadia, nomeadamente a Senhora Vereadora faz essa ponte com a saúde pública, que dão as orientações para fazer esse contacto às pessoas, apelando aos Senhores Deputados que quando tenham conhecimento da situação de alguém que não tenha sido vacinado, façam essa comunicação ao Centro de Saúde. -----

-----Continuando a sua intervenção a Senhora Presidente da Câmara declarou não ter conhecimento dos números exatos da evolução do processo de vacinação, como nem o Governo sabe, porque de manhã é uma coisa e à tarde é outra e no dia seguinte também. -----

----- Sobre o subsídio de penosidade e salubridade e para além dos exemplos apresentados pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, neste momento existirão muitos mais Concelhos que vão trabalhando nesse processo, como nós estamos a trabalhar. Reunimos com a empresa de Higiene e Segurança no Trabalho, reunimos com os nossos Chefes de Divisão, já estão a ser feitos relatórios para avaliação das situações, para a classificação que entendemos pertinente, para depois encerrarmos o processo, avaliar os custos e quem efetivamente pode vir a usufruir. Ainda não foram contactados os representantes dos trabalhadores porque ainda não temos esta situação fechada. -----

-----Na semana passada os onze Municípios da Região de Aveiro tiveram uma reunião com a Senhora Ministra da Administração Pública e com o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, a quem coloquei esta questão no sentido de obter alguns esclarecimentos, mas na verdade nem eles pensaram bem quando aprovaram este diploma e também estão a ser confrontados com estas dificuldades de leitura. Mas estamos a fazer este caminho, avaliando a integração e a qualificação a atribuir aos trabalhadores nas diferentes áreas. -----

----- Sobre o Centro Escolar de Arcos e para informar o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que em princípio não deveria haver um intervalo de trinta minutos e que as aulas deveriam funcionar em horários desfasados, para evitar a concentração de alunos e evitar a proximidade e o contacto entre os mesmos. Estas situações acontecem sobretudo nos períodos de chuva, sendo certo que o Centro Escolar de Arcos tem um pavilhão que poderá ser utilizado. -----

----- Mais informou que, desde o princípio, esta é uma reivindicação que foi apresentada pelos encarregados de educação, que será objeto de análise, sendo certo que o precedente que se abrir para o Centro Escolar de Arcos, tendo consciência que efetivamente é o Centro Escolar que tem o maior número de alunos, mas que devia estar a funcionar com outras regras que já referiu, obviamente será um precedente que se abre para todos os Centros Escolares, mas estamos a fazer a avaliação da solicitação de construir um telheiro, para abrigar os alunos quer da chuva quer do calor.-----

----- Em resposta à Senhora Deputada Cristina Neves, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que elencou um conjunto de propriedades degradadas, afirmou que algumas já poderão ser do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e alguns proprietários já poderão ter sido contatados. O procedimento obriga a notificação dos proprietários, mas por vezes há dificuldade em saber quem são ou quem são os herdeiros. Em situações extremas, como aconteceu recentemente em Sá, a Câmara intervém e apresenta os custos dos trabalhos efetuados. -----

----- Seguidamente solicitou a disponibilidade da Senhora Deputada, pessoalmente ou por escrito, para nos fazer chegar mais em pormenor as várias situações. -----

----- Em relação ao muro trata-se de uma reconstrução do já existente e foi o primeiro ou o segundo pedido que foi feito e que usufruiu do IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - no âmbito do enquadramento da ARU - Área de Reabilitação Urbana - mantém-se a existência, não tendo havido qualquer avanço. -----

----- Em relação ao poste em Tamengos temos tido muita dificuldade em trabalhar com a EDP, mas vamos fazendo o nosso caminho no sentido de alcançarmos os nossos objetivos. -----

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para apresentar um pequeno complemento à sua intervenção sobre o suplemento de penosidade e risco, afirmado que as autarquias que referiu já dispõem dos pareceres técnicos, fundamentados pelos serviços de segurança e higiene no trabalho. Em relação ao processo de vacinação o que pretendia era saber se os serviços de ação social, através da unidade móvel, que já entrou em funcionamento, desenvolveram algumas iniciativas. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal referindo, em relação ao suplemento de penosidade, que estamos a trabalhar neste processo, com a nossa empresa de segurança e higiene no trabalho e com os nossos serviços, não havendo regras claras e objetivas como nos referiu a Senhora Ministra. Sobre o processo de vacinação e no que se refere à parte social, connosco ninguém fica de fora, as pessoas estão identificadas, temos feito todo o esforço, diretamente e indiretamente, tendo ao nosso lado os Bombeiros e estamos a suportar duas ambulâncias, até ao fim do mês de Maio, que estão disponíveis para o transporte das pessoas acamadas. No caso das pessoas que não estão acamadas é disponibilizado outro transporte de cadeira normal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada na Mesa um requerimento apresentado pelo PPD/PSD, pela CDU e pelo CDS-PP, que passou a ler: *"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. O PPD/PSD, CDU e CDS-PP, representados nesta Assembleia Municipal, vêm solicitar a V. Exa. a discussão pública em sessão da Assembleia Municipal, nos termos do Número 3, artigo 1ºº, na sua parte final da Lei n.º 24/98 de 26 de maio, do Relatório de Observância do Direito de Oposição, relatório este que veio dar cumprimento do disposto no artigo 33.º, número 1, alínea yy) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro."* -----

----- Terminada a leitura o Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou que, estribado no art.º 35.º, n.º 1 alínea c) do RAMA, iria pôr o requerimento à votação. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para efetuar uma resenha do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo, em que o primeiro requerimento apresentado e dirigido à Senhora Presidente da Câmara, no ponto 2 solicitava o agendamento da discussão pública do relatório na Assembleia Municipal, e que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na última reunião da Comissão Permanente, afirmou que havia um preciosismo na elaboração do requerimento, pois o mesmo tinha de ser dirigido à sua pessoa, e é nesse âmbito que estamos a apresentar o requerimento para que haja a possibilidade de haver o debate do relatório.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em resposta ao Senhor Deputado afirmou que se considera um preciosismo o que é legal e o que está transscrito na Lei e no Regimento, será sempre da sua parte um preciosismo, afirmando que na verdade os Senhores Deputados enviaram um requerimento que seguiu os trâmites legais, foi enviado à Câmara Municipal que remeteu o relatório via Assembleia Municipal e os Senhores questionaram, aquando da apresentação da Ordem do Dia, onde estava a discussão. Não se pede ao Executivo que marque uma discussão pública numa Assembleia Municipal. E este requerimento que agora é apresentado vai ser votado, e conforme a votação vai ser agendado ou não, tão linear quanto isto. -----

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para reforçar a sua intervenção anterior e para afirmar não compreender como é que os Senhores Deputados poderiam votar contra a Lei.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal para esclarecer que de acordo com o contido no art.º 35.º, n.º 1, alínea c) os requerimentos apresentados à Mesa têm de ser votados, pelo que se limita a cumprir o Regimento, mas se o Senhor Deputado acha que está errado, como um dos membros da Comissão de revisão do RAMA deve estar a enviesar isto.-----

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para informar que aquela norma se refere aos requerimentos que são omissos e não são previstos na Lei, de assuntos que são do interesse do Município ou não. Há requerimentos e requerimentos e este está contemplado na Lei que está acima do RAMA. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informar o Senhor Deputado que há requerimentos e requerimentos, e requerimentos do Período de Antes da Ordem do Dia são estes. -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmado estar a ver alguma dificuldade em nós discutirmos uma coisa que a Lei prevê que seja discutida. Na Comissão Permanente quando foi solicitado que se alterasse a Ordem do Dia para incluir este ponto, o Senhor deu orientação no sentido de fazermos o requerimento, pelo que tenho uma certa dificuldade em entender porque é que o Senhor está a objetar uma coisa que a Lei prevê. Afirmando que se não for aceite o requerimento, que a Lei prevê, em nome do PSD tem toda a vontade e toda a disponibilidade para ir aos meios legais para que isso se pratique, porque não faz sentido que se tenha algum tipo de receio em discutir agora o relatório do direito de oposição, que já devia ter sido feito há quatro anos e só foi feita agora porque nós requeremos, parecendo que há má vontade em debater o assunto, não estou a perceber, até porque foi o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor que deu a indicação do requerimento.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmando que era melhor que o Senhor Deputado não fizesse juízos de valor, porque o Senhor não conhece o juízo que que eu tenho relativamente a isso, mas também não é nenhuma ameaça que o Senhor me pode fazer relativamente a ir aos meios legais porque eu estou a cumprir aquilo que vocês criaram, alteraram e fizeram, limito-me a cumprir a Lei e o Regimento, no aspetto que um requerimento a ser tratado no Período de Antes da Ordem do Dia tem de ser escrutinado. Eu acho que um requerimento destes tem a sua razão de ser, mas pessoalmente limito-me a cumprir o desígnio de um plenário. Não me compete coartar nenhuma das posições que os Senhores queiram ter, mal ou bem, relativamente a isto. E este requerimento que me foi apresentado hoje e aqui terei que o pôr inegavelmente à votação. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, para esclarecer que nos termos regimentais o requerimento terá de ser votado, mas que não tem conhecimento da existência de qualquer relatório de direito de oposição, pelo que na essência não sabe o que vai votar. -----

----- O Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando que continua sem perceber a utilidade de se fazer uma sessão pública para discutir um relatório que a maioria dos membros desta casa desconhecem, quando há tanta coisa importante para o Concelho para discutir.-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que fez um resumo de todo o processo, afirmando que alguns Deputados demonstraram desconhecer o Regimento que nos rege.-----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para reforçar o anteriormente referido nas suas intervenções. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o contido no n.º 3 do art.º 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

----- A Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, afirmou discordar da interpretação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo que, na sua opinião, o requerimento não necessitava de ser votado. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, reforçando a sua interpretação da norma contida no RAMA e afirmando que a democracia nunca deixou de ser praticada nesta casa. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP, referindo que o funcionamento desta Assembleia Municipal foi sempre pautado pela legalidade, pela lealdade e pela correção. -----

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para esclarecer o contido no art.º 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio e na alínea b) do n.º 4 do art.º 24.º do RAMA. -----

----- Novamente o Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, solicitando esclarecimentos sobre quem poderá propor a discussão do relatório do direito de oposição,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informado que esse pedido poderá ser feito por qualquer Deputado, nos trâmites regimentais e da Lei.-----

-----Interveio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmando que o ponto poderá ser agendado como um ponto normal, não sendo necessária uma assembleia única. Dez minutos ou um quarto de hora chegam, queremos é dizer cara a cara o que achamos, o que poderá ser melhorado e o que está mal.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal e em resposta ao Senhor Deputado afirmou que este plenário nunca se subtraiu à possibilidade de discussão, nem hoje nem nunca, pelo menos neste mandato, referindo que reitera a concordância de que as etapas foram todas cumpridas, faltando a última que é a votação, e que será prematuro terem medo da decisão e que até já disse qual o seu sentido.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, afirmou não compreender as duas últimas intervenções do Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, por não fazerem sentido. Não sabe o que quis dizer com hábitos do passado ou má fé. Porque não houve má fé de ninguém e estamos aqui de forma democrática a debater os assuntos que nos são colocados. Como não tínhamos conhecimento do relatório do direito de oposição, só pretendíamos compreender o porquê do requerimento. Não houve má fé nem viram a cara a nenhum tipo de discussão. Continuou referindo que o requerimento está a seguir os trâmites legais e que irão votar favoravelmente, porque como disse o Senhor Deputado é cara a cara que a gente discute. -----

-----Interveio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, em resposta ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, dizendo que quando mencionou hábitos do passado estava a referir-se a crise entre elementos, o que não se verificou neste mandato, e que em relação à má fé, era de que não havia má fé da sua parte na apresentação do requerimento e na discussão do relatório.-----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, sugeriu a divulgação da comunicação contida na pasta da correspondência na área reservada da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente tomou nota da sugestão do Senhor Deputado e em relação ao debate afirmou que não perdemos tempo, mas foi um diálogo relativamente estéril, porque na sua perspetiva toda a gente terá o interesse que o assunto merece. -----

---- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, o requerimento apresentado pelo "PPD/PSD, pela CDU e pelo CDS-PP, representados nesta Assembleia Municipal e que vêm solicitar a discussão pública em sessão da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3 do art.º 10.º, na sua parte final, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, do Relatório de Observância do Direito de Oposição, relatório este que veio dar cumprimento ao disposto no art.º 33.º n.º 1 alínea yy) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro", que se encontra em anexo à presente ata.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou, como resultado, num universo de trinta e um Deputados, a aprovação, por maioria, do requerimento acima referido, com vinte e sete votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, Manuel José Santos Pinho, Arlésio Moreira da Silva, Maria Lúcia Braga Araújo, Maria Manuela Mesquita Tomás Barreto, Carlos Delfim de Almeida Correia, Maria Alexandra Ferreira Henriques, Arménio de Almeida Cerca, Nuno Ricardo da Costa Portovedo, Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes, José Manuel Oliveira Carvalho, Manuel de Oliveira Marinha, Ana Paula dos Santos Alves Allen, Manuel Batista Veiga, José Arlindo Fernandes Simões, António Floro dos Santos Ferreira, Mário Severo de Matos Marinho, António Ferreira de Carvalho, Ema Paula da Silva Dias Pato e Óscar dos Santos Ventura, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, João José Rodrigues Gaspar, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, Victor Manuel Santiago Tavares e Filipa Cardoso Tomás, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, um voto contra do Deputado do Grupo Municipal do MIAP António Rafael das Neves Timóteo e três abstenções, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP Carlos Dinis da Silva Torres e Fernando Adelino Pina Fernandes e do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes de deu entrada na Mesa uma Recomendação sobre o envelhecimento ativo, cuja signatária foi a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, tendo solicitado à Senhora Segunda Secretária, Maria Alexandra Henriques, que procedesse à sua leitura. -----

----- "Recomendação-----
A Organização Mundial de Saúde define Envelhecimento Ativo como um processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem. -----

Excluindo a pandemia de Covid 19, guerras entre outros acontecimentos complexos o envelhecimento apresenta-se como um dos problemas mais importantes das sociedades modernas. -----

Segundo o INE, em Portugal, em 2019, havia 163 idosos por cada 100 jovens. -----

O crescimento demográfico de envelhecimento da população portuguesa teve um aumento de cerca de 3.8% só no ano de 2019. -----

O envelhecimento por si só acentua o risco de vulnerabilidade do estado de saúde, físico e mental, do isolamento social e da solidão propriamente dita. -----

No contexto pandémico os idosos foram sem dúvida, de todos, aqueles que mais sofreram, tendo assistido ao agravamento das suas vulnerabilidades. -----

Impõem-se políticas adequadas no âmbito do envelhecimento e com especial enfoque nesta fase pós isolamento, no sentido de mitigar os efeitos negativos causados e agudizados pela pandemia promovendo o envelhecimento ativo e saudável. -----

É preciso pensar nos idosos, não como um grupo social específico, mas como o grupo social a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que todos pertencemos. -----

Os jogos de mesa sejam eles xadrez, cartas e damas, são um tipo de atividade lúdica e terapêutica que proporciona estímulos físicos, mentais e psíquicos, contribuindo para minimizar os declínios naturais do envelhecimento. Dar a oportunidade ao idoso de fazer uso de jogos e atividades lúdicas no seu quotidiano favorece momentos de trocas que contribuem para a socialização de saberes, ao mesmo tempo em que, promove a construção de novos conceitos e a interação entre gerações.-----

Através da prática dos jogos de mesa os idosos poderão exercitar a coordenação motora global e a coordenação motora fina ao manusear as peças. -----

O uso de jogos de mesa representa um estímulo para os idosos, possibilitando o fortalecimento da memória, a coordenação motora, a socialização, a auto-estima, redução de depressão e stress, dentre outros benefícios para a saúde e melhoria da qualidade de vida das pessoas da terceira idade.-----

Por tudo isto, e neste sentido, a deputada eleita e representante do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Anadia que recomende à Câmara Municipal de Anadia, -----

1. A criação de zonas de jogos de mesa (xadrez, cartas, damas etc.) nos principais espaços verdes da cidade, promovendo o envelhecimento ativo, o estímulo neurológico e a boa saúde mental dos Anadienses. -----

Anadia, 29 de abril de 2021, -----

A Deputada Eleita e Representante do CDS-PP" -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a recomendação à discussão, tendo o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmado que sem pôr em causa a pertinência da recomendação, logicamente vai ser difícil de cumprir, devido ao vandalismo, mas que a vai votar favoravelmente.-----

----- Instada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal a manifestar o seu posicionamento em relação à recomendação apresentada, a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que não tanto pela avaliação das soluções que a Senhora Deputada apresentou, porque podem ser essas ou outras, mas pelo fato de trazer aqui o tema do envelhecimento ativo e nos despertar e sensibilizar para esta matéria, só por si a recomendação já é válida.-----

----- Esta é uma matéria que nos preocupa a todos e devido ao isolamento dos nossos idosos, provocado pelo COVID, verificou-se uma regressão na saúde mental e nas respostas cognitivas. Já estamos a recuperar o Movimento Sénior é Vida, o Leituras sem Idade, retomamos as aulas da Universidade Sénior, disponibilizámos novamente a UMA e no CLAS foi apresentado um projeto às IPSS's no sentido de darmos uma resposta e um apoio e também adquirirmos algum equipamento que seja necessário.-----

----- O que a Senhora Deputada de certeza quis trazer para a mesa, foi uma proposta para nos sensibilizar para esta matéria, só por isso já valeu a pena termos aqui esta reflexão. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu a intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal e reconhecendo a bonomia das intenções contidas na recomendação, tem algumas dúvidas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente à agilização das coisas, sendo no entanto uma recomendação que tem perfeitamente todo o cabimento.-----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, a Recomendação apresentada pela Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, sobre o envelhecimento ativo, tendo anunciado, como resultado, num universo de vinte e nove Deputados, a aprovação, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Na altura da votação, não se encontravam presentes na sala o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, do Grupo Municipal PPD/PSD e o Senhor Deputado Fernando Adelino Pina Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP. -----

----- Seguidamente interveio a Senhora Deputada e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho Lúcia de Jesus, do PNT, que em nome de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa-----

Ex.ma Sra. Presidente da Câmara Municipal de Anadia e restantes Vereadores-----

Ex.mos Srs. e Sras. Presidentes de Junta de Freguesia-----

Ex.mos Deputados Municipais-----

Ex.ma Comunicação Social-----

Ex.mo público presente e em regime à distância-----

Nos últimos meses temos assistido a um quadro desprestigiante para com as Freguesias do concelho de Anadia, afirmando-se, em vários quadrantes políticos e meios de comunicação social, que estas estão **abandonadas**. -----

Queremos neste momento manifestar publicamente o nosso profundo desagrado pelas palavras e considerações tidas, na medida em que nós, Presidentes de Junta eleitos, estamos todos os dias em contacto com as nossas populações, disponibilizando os nossos meios e capacidades no sentido de corrigir, suprimir e até encontrar soluções para as questões que nos são colocadas. - Lamentamos o facto de, apesar do nosso total empenhamento em dialogar com todos, não termos sido ouvidos nem solicitados para prestar qualquer esclarecimento adicional, sobre as nossas freguesias e seus desafios. Tal facto, desprestigia os sujeitos destas ações, a forma e conteúdos levianos tornados públicos. Os residentes e restantes atores privados e públicos, reiteram em nós a responsabilidade de os representar, pelo que estranhamos o facto desta estratégia e desta desconsideração. -----

As Freguesias são o pilar da representatividade local, dos seus modos de vida e de coesão social e territorial, pelo que pedimos e exigimos outro respeito para com os nossos munícipes, já que até ao momento não o tiveram connosco. E, manifestamos desde já, total abertura para recebermos quem assim o entender, e depois sim, exteriorizem o que, com rigor e transparência, for transmitido. -----

Os Presidentes de Junta de Freguesia." -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No seguimento da intervenção da Senhora Deputada interveio o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP, e com alguma propriedade porque faz parte da Delegação da ANAFRE do Distrito de Aveiro, para dar nota do apoio que a Câmara Municipal presta às Juntas de Freguesia, de uma forma saudável, de uma forma justa e de equilíbrio com todas. Em sede de discussão na ANAFRE Anadia é apresentada como um exemplo. -----

----- Abordou a questão relacionada com o Estatuto dos Eleitos Locais, que não tem sofrido qualquer atualização, que deverá definir o perfil do Presidente de Junta de Freguesia e respetiva remuneração e que ainda não houve, da parte política, o reivindicar de uma ação para as pequenas Freguesias.-----

----- Terminou afirmando que os Presidentes de Junta de Freguesia estiveram na primeira linha da vacinação. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado, congratulando-se com as suas afirmações. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, que abordou a problemática do abandono das Freguesias, nomeadamente pelo poder central, pois no Programa de Recuperação e Resiliência são poucas as Freguesias que são contempladas. -----

----- Terminou afirmando que as pessoas quando fazem críticas e afirmam que as Freguesias se encontram abandonadas, deveriam ser um pouco mais cuidadosas na abordagem destas coisas, pois às vezes não sabem as dificuldades porque elas passam. -----

----- Interveio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para deixar o seu cunho pessoal de reconhecimento ao trabalho que os Presidentes de Junta fazem, porque na realidade acompanha já há vários anos e reconhece que não é fácil trabalhar como Presidente de Junta. As situações há cinco seis anos eram bem mais difíceis do que são hoje, mas nos próximos anos vai ser lançado um desafio muito grande. A experiência que as pessoas têm como Presidente de Junta não vai ser suficiente para que daqui a quatro ou cinco anos as pessoas possam desempenhar cabalmente as funções. As exigências, se a descentralização for nos moldes que estão preconizados, vão ser bem mais vastas, bem mais complexas e vão exigir que se comece a pensar num Presidente a tempo inteiro, mesmo nas pequenas Freguesias e se calhar a agregação que foi feita tenha alguma razão de ser e que a breve prazo se comece a tentar agregar Municípios.-----

----- Continuando afirmou que este assunto deve ser debatido porque corremos o risco de no futuro não termos Freguesias ao abandono, mas sim o abandono dos Presidentes de Junta porque ninguém o quer ser e se olharmos para o cômputo geral das pessoas que estão nesta Assembleia, nós já não somos propriamente umas crianças e não vemos que a juventude se sinta motivada para seguir os passos do avós e dos pais que aqui estão.-----

----- Terminou afirmando que comprehende as dificuldades que muitos Presidentes de Junta passam e que mereciam do Estado outra atenção. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro Óscar Ventura, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes e com o orgulho um bocadinho triste comentou um papelinho que lhe foi deixado na caixa do correio, que fez com que ficassem a conhecer mais os inimigos da Curia e da natureza, afirmando esperar que o povo reconheça quem trabalha.-----

----- Intervieio novamente o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP, para afirmar que o Estado no âmbito do COVID 19 não os ajudou com nada, mas que tiveram da parte da Câmara Municipal a ajuda de que as Juntas precisavam. E na fase crítica quando todos precisaram de gel, de máscaras e de equipamentos para os funcionários tiveram o apoio da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando que as críticas ao trabalho dos Presidentes de Junta de Freguesia surgem de quatro em quatro anos, por altura das eleições e que em setembro iremos ver se o povo vota nos que trabalham ou nos que os criticam.-----

----- Intervieio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmando que as Juntas devem estar efetivamente agradecidas à Câmara Municipal por ter assumido as despesas com as máscaras e com os líquidos, porque em termos de comparação alguns organismos do Estado não receberam do Estado esse material e tiveram de ser os próprios funcionários a adquiri-los para poderem preservar a sua saúde, no período mais difícil da pandemia. Só passados três meses é que o Estado se dignou fazer chegar esse material.-----

----- Em relação aos comentários sobre a campanha eleitoral afirmou que as pessoas são livres de concorrer, de terem as suas opiniões e nós só temos de aceitar as opiniões de um e do outro e depois quem vota escolhe quem quer. Não vale apena criticar quem não está cá para se defender. -----

----- Usando do direito de resposta o Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, informou o Senhor Deputado João Gaspar que na sua intervenção não se estava a referir a ele. Mas ainda bem que afirmou que eles não estão cá. Não estão cá porque não foram eleitos, porque quando quiserem cá estar têm de ser eleitos primeiro e para isso tem de ser o povo a por o voto. -----

----- Intervieio a Senhora Deputada Cristina Neves, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que em resposta ao Senhor Deputado Rafael Timóteo afirmou que as pessoas até podem cá estar como público e quanto mais as pessoas participarem e se for por bem, é para nós todos e o facto de às vezes serem criticados, eu falo por mim e por algumas pessoas da bancada, é para acrescentar e não diminuir. Eu quero muito que Anadia avance e faço tudo para que isso aconteça, porque nós também temos direitos não é só o Senhor Deputado. Esses candidatos só podem estar nesta Assembleia no fim, porque agora estão a trabalhar. -----

----- Usando do direito de resposta o Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, começou por cumprimentar a Senhora Deputada Cristina Neves e saudar o seu regresso à Assembleia. Afirmou que a participação do público é sempre bom que aconteça e tem pena que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

às vezes não haja público. Mas quem está nesta Assembleia para decidir os destinos do Concelho tem que ser eleito. E há muita gente que está de fora a criticar, mas nunca se candidatou, porque é fácil criticar sem nunca se candidatar para fazer alguma coisa pelo Concelho. Congratula-se com todos os que se candidatam e depois o povo é soberano e escolhe quem quer que esteja aqui a representa-lo. Terminou afirmando que foi isto que quis dizer. -----

----- Desde logo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia, e iniciou, de imediato, o **Período da Ordem do Dia**. -----

----- **Ponto um do Período da Ordem do Dia:** "Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA". -----

----- Com enquadramento no ponto um do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação da atividade da Câmara Municipal, tendo esta afirmado que cumprindo o Estatuto do Direito de Oposição e do Direito à Informação que os Senhores membros da Assembleia Municipal carecem e dando cumprimento à Lei 75/2013, foi remetida esta comunicação à Assembleia dando nota das atividades e dos investimentos mais relevantes para o Concelho de Anadia.-----

----- Aproveitando ente momento para dizer que me congratulo efetivamente pelo desempenho dos nossos dez Presidentes de Junta e digo dez, apesar de não terem todos sido eleitos pelo MIAP, com a exceção de um, mas todos eles com total liberdade de escolha do que querem fazer, dentro das possibilidades de investimento que têm ao seu alcance, mas também com a disponibilidade que a Câmara Municipal sempre manifestou e que antecipadamente, em cada ano económico, passamos à aprovação dos orçamentos para o ano seguinte e os Senhores Presidentes de Junta têm conhecimento efetivamente do que podem incluir nos seus orçamentos e do que efetivamente podem programar e projetar, à parte de tudo aquilo que vamos fazendo ao longo do ano e por isso mesmo dizer: Senhores Presidentes de Junta vocês jamais estarão sozinhos, quanto mais não seja, estarão sempre com a Câmara Municipal e nós contaremos sempre convosco, porque é assim que temos que estar disponíveis para este trabalho de proximidade. E sobretudo vocês nas vossas Freguesias, ativos, presentes e disponíveis. -----

----- Nem sempre reconhecidos, mas isso faz parte da vida autárquica que cada um decidiu assumir. -----

----- Tendo este documento sido enviado aos Senhores membros desta Assembleia Municipal e de certeza que tiveram a oportunidade de o ler, obviamente que me colocarei à vossa disposição, para se por ventura quiserem ter algum assunto esclarecido ou alguma informação complementar, estarei à vossa disposição.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a disponibilidade da Senhora Presidente da Câmara Municipal e abriu o espaço à discussão do plenário. -----

----- No período destinado à apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, sobre a Reabilitação da Escola Primária da Moita, para questionar se estava previsto, a curto prazo, a resolução dos problemas sinalizados nas outras escolas primárias e em relação à Requalificação Ambiental da Zona do Monte Crasto, em que já foi apresentado um projeto no âmbito da ORU, que previa um estudo arqueológico com carácter científico para determinar a origem, história e evolução do Monte Crasto, questionando se o projeto continua equacionado para o futuro. -----

----- A Senhora Deputada e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas Ema Pato, do Grupo Municipal do MIAP que solicitou informações sobre as condições em que vai ser colocado à venda o Loteamento de Ancas, a Quinta do Rangel, e se já haviam pretendentes para tal.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado Rui Bastos afirmando que em relação à Escola Primária da Moita já era intenção da Câmara Municipal, mas com a abertura dos fundos comunitários tornou-se oportuna a intervenção. -----

----- Das intervenções que foram feitas, quer em Tamengos quer em Mogofores, apesar de terem sido submetidas aos fundos comunitários, uma já está aprovada e a outra em vias disso, mas até hoje ainda não recebemos nenhuma verba. Para que vocês tenham noção, há medida que vamos fazendo as coisas e aquilo que é necessário para este reequilíbrio financeiro da Câmara Municipal. E como já estava esgotado o plafom da comparticipação financeira para a parte da educação, esperámos a melhor oportunidade, o que está a acontecer agora, terminando os avisos amanhã dia trinta e a avaliação dos projetos é feita em função da maturidade. O projeto foi feito, foi aprovado pela DEGEST, foi para publicação no Diário da República e será submetido no âmbito do aviso que saiu para intervenção nos estabelecimentos de ensino. -----

----- Esta será talvez a última escola do primeiro ciclo a ser intervencionada, mas temos bem presente todo um conjunto de outros estabelecimentos, nomeadamente ao nível do pré-escolar, que funcionam ainda fora dos Centros Escolares e que carecem necessariamente de intervenções e essas intervenções serão feitas gradualmente. -----

----- A nossa prioridade serão os estabelecimentos que estão sinalizados e que estão efetivamente ocupados. -----

----- Em relação à requalificação do Monte Crasto tínhamos este projeto global feito há mais de ano e meio, pensámos avançar de uma forma mais tímida, mas surgiu esta oportunidade de comparticipação e também será incluído neste pacote de obras submetidas no âmbito dos fundos comunitários e estamos a falar das três, com o Centro de Saúde, de um investimento de cerca de dois milhões e meio de euros e impõe-se esta requalificação do Monte Crasto.-----

----- Sobre o estudo arqueológico e tudo aquilo que estava previsto numa zona muito específica, não está prevista nesta empreitada nem podia estar, como também não faz parte desta candidatura aos fundos comunitários. Sendo certo que na promoção e defesa do território, também está incluído nessa mesma candidatura essa nossa intenção e essas ações que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

designamos por ações imateriais para a valorização do património histórico, arqueológico e natural.-----

----- Em relação à intervenção da Senhora Deputada Ema Paula a hasta pública de venda dos lotes da Quinta do Rangel, em Ancas, será no dia vinte de maio e obviamente esperamos ter interessados que possam vir licitar em função das condições do caderno de encargos.-----

----- Interveio o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP, para afirmar que da informação não consta o apoio que a Câmara tem dado em computadores e em logística para os Censos 2021, e mais uma vez as Freguesias estão na linha da frente no apoio aos Censos e numa reunião havida aqui na Câmara o Instituto Nacional de Estatísticas quase que exigiu o nosso apoio, sem qualquer participação financeira. Têm havido problemas por causa dos limites geográficos das Freguesias assinalados nos mapas fornecidos pelo INE, por exemplo a Clínica Ibervita metade está na Freguesia de Tamengos e a outra metade está na Freguesia de Arcos. Os mesmos problemas acontecem na zona das Caves da Montanha, no Cabeço de Mogofores e no Pereiro. Há pessoas que se recusam em fazer os censos, porque vivem numa Freguesia e pelos mapas do INE vivem noutra. -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para questionar se a intervenção na zona nascente do Monte Crasto obriga o abate das árvores lá existentes para a plantação de novas. Na zona poente, pelo que se apercebeu na consulta do projeto, não está prevista qualquer intervenção, pelo que questiona se com os apoios da Comunidade Europeia não há alguma possibilidade de o património das Caves poder ser utilizado ou adquirido. Porque das caves existentes no Concelho estas serão as mais simbólicas e poderiam ser um polo de interesse em termos turísticos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Fernando Fernandes afirmou que que a situação referida resulta de erros do passado, mas que é importante que hoje possamos comunicar isso mesmo. Para efeitos de votação as pessoas estão recenseadas em determinada Freguesia, mas para contabilização nos Censos passam a estar noutra Freguesia. É algo que importa denunciar porque os números podem ser uma fraude, que leva a que as pessoas não participem nos Censos e os dados no final, serão sem dúvida alguma, distorcidos.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado João Gaspar e relativamente ao Monte Crasto afirmou que a intervenção é mais a nascente, sendo um pouco a poente, mas que a parte mais delicada ficará por resolver. É um risco que vamos correr porque não sabemos se a candidatura será aprovada, dei-vos dois exemplos de duas escolas que ainda estamos à espera, já para não falar nas piscinas cujas obras já foram feitas e ainda estamos à espera. Mas alguns atrasos nas obras e alguns atrasos nos programas trazem benefícios. À custa da falta de aceleração deste programa e à custa da falta de capacidade de execução, por parte do Municípios e das empresas que têm acesso a estes programas, e como é necessária a execução para não devolver dinheiro à Comunidade, é feita uma distribuição pelos Municípios, porque afinal de contas até são bons



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executores, e dar-vos nota de que nos foi comunicado que provavelmente vamos ter um prémio de mais seiscentos mil euros de comparticipação comunitária para determinados projetos no âmbito das áreas de requalificação urbana.-----

----- Sobre este projeto do Monte Crasto permitam-me também dizer-vos que foi com enorme satisfação que nós preparamos esta candidatura que é extremamente exigente e que contámos com a disponibilidade de alguns parceiros, nomeadamente a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores, que assinou uma carta de intenção de parceria, a Santa Casa da Misericórdia de Anadia, o Agrupamento de Escuteiros 221 de Anadia, que são os que mais utilizam o espaço do Monte Crasto e também outras duas Associações: os Saca trilhos e um privado que utiliza este espaço que é o Cross Company, hoje com outra designação. Todos eles e de uma forma livre e voluntária, reconhecendo a importância e o valor que eles sentem no investimento que pretendemos realizar para a comunidade em geral, assinaram uma carta de conforto e de parceria para este projeto e aqui publicamente dar nota da disponibilidade de todos.-----

----- Quanto aos fundos comunitários, estão vedados a qualquer investimento em termos de equipamentos ou infraestruturas culturais, só para o que é considerado património da humanidade e nós não constamos desse mapa porque não temos nenhum monumento classificado, que permita integrar essa possibilidade de candidatura. Os únicos a que tivemos acesso começaram pela educação, vamos agora para a parte da saúde e para o património natural. Mas é muito difícil conseguir apoios para investimentos em equipamentos culturais, sejam museus, sejam centros culturais. -----

----- Temos conhecimento dos valores que são pedidos por aquela infraestrutura, tivemos a oportunidade de falar com os proprietários, visitar as instalações e avaliar o estado em que estavam. Há uma parte que se mantém intacta desde as suas origens, mas também já há muita alteração, descaracterizando o que inicialmente foi feito. No entanto pode sempre a entidade privada tentar junto do Turismo de Portugal ou de outros fundos ligados ao turismo, tentar conseguir apoio no âmbito do Enoturismo, por exemplo. -----

----- Não havendo qualquer apoio ou outra disponibilidade, temos de deixar ainda esta infraestrutura à mercê dos seus proprietários, para que possam eventualmente encontrar alguém que faça esse investimento ou eles próprios puderem avançar. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, sobre os Censos 2021, os limites das Freguesias e os problemas causados pelas discrepâncias existentes nos mapas. -----

----- **Ponto dois do Período da Ordem do Dia:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima, nos termos conjugados da alínea h) do n.º 1 e da alínea k) do n.º 2 do art.º 3 do RAMA"; -----

----- Com enquadramento no ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para passar a palavra ao Senhor Vereador Lino Pintado que acompanhou este procedimento, que por sua vez também contará com a participação da empresa, que connosco colaborou na elaboração de outro plano, a quem desde já agradeço a disponibilidade. -----

----- Após a anuência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e após cumprimentar os presentes interveio o Senhor Vereador Lino Pintado, afirmando que depois de aprovado em reunião de Câmara por unanimidade, submetemos agora à vossa apreciação e votação o PAESC (Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima) do Município de Anadia. -----

----- Apenas uma pequena nota introdutória para lembrar que as boas práticas ambientais desde sempre que constituem um dos focos principais da ação deste Executivo. -----

----- No que concerne à área da energia, o Município de Anadia tem vindo a desenvolver várias ações no sentido de alcançar uma maior sustentabilidade energética e ambiental. Estas ações têm expressão em áreas distintas desde a sensibilização e educação à inovação tecnológica. -----

----- Em abril de 2014 aderimos ao Pacto de Autarcas. No âmbito dessa adesão assumimos o compromisso de reduzir as emissões de CO₂ no nosso território em pelo menos 20% até 2020. Essa meta foi cumprida e mesmo ultrapassada bem antes de 2020. -----

----- Posteriormente, assumimos o compromisso mais ambicioso de redução destas emissões em pelo menos 40% até 2030. Nesse sentido, este plano de ação constitui um instrumento decisivo para a prossecução e alcance deste objetivo. -----

----- Está dividido em quatro volumes, sendo o primeiro mais dedicado ao enquadramento geral, visão estratégica e desafios, o segundo volume direcionado ao plano de sustentabilidade energética, o terceiro volume ao plano de adaptação às alterações climáticas e o quarto volume um anexo técnico.-----

-----Este é um documento que comporta também um diagnóstico importante das características geomorfológicas, geológicas, hidrográficas e da fauna e flora do nosso concelho, bem como dos impactos e vulnerabilidades que apresentamos no enquadramento das alterações climáticas. É um plano que aponta um caminho, mas é um documento aberto e dinâmico que poderá sofrer alterações caso circunstâncias futuras assim o exijam. -----

----- Finalmente, lembrar que a elaboração deste plano contou com uma fase de auscultação pública com a reunião de stake holders realizada no Curia Tecnoparque, antes da pandemia que ainda enfrentamos, em que foram convidados agentes locais e que foi divulgado na comunicação social e do qual resultaram contributos importantes para a elaboração deste plano. -----

----- Em seguida solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para passar a palavra à Senhora Dr.^a Elsa Nunes, CEO da IRRADIARE, empresa que colaborou com o Município de Anadia na elaboração do Plano, para uma breve apresentação técnica do documento.-----

----- Após a anuência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Senhora Dr.^a Elsa Nunes concretizou a apresentação do plano elaborado, encontrando-se cópia em anexo à presente ata, da qual faz parte integrante. -----

----- Apresentado o assunto identificado no ponto três do período da ordem do dia, e na



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

discussão do mesmo, intervieram: -----

-----O Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, que afirmou no seguimento das palavras do Dr. Lino Pintado e também do que foi referido pela Senhora Dr.^a Elsa Nunes, a preocupação deste Executivo com as questões ambientais começou em 2014 com a adesão ao Pacto dos Autarcas, que tinha como objetivo a redução dos Gases Efeito Estufa. Ainda em 2014 adere ao Mayors Adapt e em 2015 há junção de ambos e a criação do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia. Este plano pressupunha a meta da redução dos gases efeito estufa em 20%, mas da monitorização feita pelas entidades competentes é de salientar que em 2019, frutos das políticas implementadas pelo município de Anadia, os objetivos inicialmente propostos já estavam cumpridos. -----

----- E agora a adesão ao Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC), este plano além de outras coisas pressupõe a redução, nos próximos 9 anos, dos gases com efeitos estufa para 40%, isto é mais 20% do já atingido. -----

----- O estudo além de nos mostrar uma realidade clara e em alguns aspetos desconhecida sobre o meio ambiente no nosso concelho e região, estabelece um plano, métricas e metas de ajuda à concretização do mesmo. -----

----- É sem dúvida um documento que também irá ajudar no enquadramento de futuros projetos europeus e na obtenção de fundos comunitários para a mitigação às alterações climáticas e de alteração de equipamentos de produção de energia limpa. -----

----- Este plano que estamos aqui a debater e que irá ser votado é sem dúvida uma importante e decisiva ferramenta para que esses objetivos sejam cumpridos e tal como até aqui, não podemos estar fora e na nossa opinião, deve este plano ser votado de forma favorável. -----

----- O Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando que o plano é ambicioso, mas nós temos realmente de ser ambiciosos, sob pena de pertermos a carruagem da eficiência energética e da possibilidade de o nosso Concelho ser um Concelho de carbono zero antes dos outros todos, devido à nossa enorme mancha florestal. Porque é o Concelho que vamos deixar aos nossos filhos, não só em termos ambientais, mas também em termos económicos, com base na eficiência energética, nas energias alternativas e em novos meios de produção onde o impacto ambiental é mais baixo. -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que referiu que estamos perante um plano ambicioso, com medidas extremamente importantes sobre uma matéria que já devíamos ter debatido, com mais seriedade, há muitos anos a nível mundial. -----

----- A questão da sensibilização e da educação são extremamente importantes na gestão dos resíduos e tem de ser uma aposta ganha e se não conseguirmos isso a coisa poderá inverter-se e não seguir o rumo esperado. -----

----- É com agrado que vê a indicação de algumas medidas baseadas em alguns setores chave, que será interessante poder acompanhar e uma que lhe diz particularmente respeito é a questão dos transportes, pois uma moção que apresentou em 2019 algumas das medidas apresentadas tinham a ver com o aumento da frota disponível. A questão que coloca, no âmbito



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da rede de transportes públicos é se está previsto um aumento do transporte urbano do serviço

Anadia SIM. -----

----- Mas gostou do plano e terá o voto favorável do PCP, ficando expectante para ver que medidas é que vão ser adotadas de forma a atingir e até superar esta meta que nos é proposta de 40%.-----

----- Terminou solicitando informação sobre se a adesão de stake holders foi grande e esteve dentro das expectativas e se haverá necessidade de futuramente realizarem novas reuniões para cativarem esses agentes externos. -----

----- O Senhor Vereador Lino Pintado que começou por agradecer as palavras do Senhor Deputado Rui Bastos e em resposta à questão concreta se estava previsto o aumento do serviço do Anadia SIM respondeu que para já não, porque a adesão ainda não é a que se esperava, apesar de ser bastante útil. Temos de otimizar recursos e seria uma mediada ambientalmente nefasta estarmos a afetar recursos quando não está otimizado o atual. Enquanto não forem os Municípios a exigir, com a sua atuação, um aumento dos meios, não seria lógico fazê-lo.-----

----- Em relação à reunião dos stake holders a adesão foi muito boa, no sentido da participação que tivemos na reunião e do interesse dos participantes. Quanto à adesão em si gostaríamos de ter tido mais pessoas presentes, até porque a reunião foi amplamente divulgada. Foi muito bem participada, mas poderia ter sido mais participada. -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que iniciou a sua intervenção congratulando-se com o projeto, com o qual perdeu algum tempo a analisar, até porque é uma área que embora não domine na totalidade, lhe lança sempre algumas dúvidas e lhe leve a fazer alguns esclarecimentos, estando nós numa era em que gastamos muitos combustíveis fósseis e a maior parte dos transportes são feitos com base neles. Questiona se neste período de tempo que estamos a preconizar este plano, está prevista uma transição para a utilização de transportes elétricos, se está prevista uma central fotovoltaica, que permita que a energia que consumirmos seja retirada da energia solar, já quanto à parte eólica com a mancha florestal que temos seria difícil a sua implementação.-----

----- Terminou afirmando que são três vertentes que em termos de ambiente são bastante interessantes, mas do que leu do projeto não conseguiu perceber se estavam inseridos nas respostas que vão ser dadas até ao ano de 2030. -----

----- O Senhor Vereador Lino Pintado em resposta ao Senhor Deputado João Gaspar, afirmou que quanto ao transporte elétrico nos últimos anos o Município de Anadia tem dado o exemplo, com a aposta nos postos de carregamento de veículos elétricos, no incentivo à utilização e à aquisição de veículos elétricos, também na nossa Feira do Ambiente, que não pudemos repetir por causa da pandemia, mas que teve uma vertente muito importante de sensibilização e de cariz pedagógico, nesta área das energias renováveis. Já nos candidatámos à aquisição de veículos elétricos para a frota do Município, temos uma bicicleta elétrica na recolha do lixo na cidade. Temos painéis fotovoltaicos nas piscinas municipais que sustentam o funcionamento das mesmas. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Terminou afirmando que o nosso exemplo tem sido claro e também é uma forma de incentivar os agentes económicos locais. -----

----- O Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, para dar umas notas relativamente a este documento. A primeira conferência do clima realizou-se em 1979, portanto estas questões das alterações climáticas não são assim tão novas como ouvimos dizer. Em 1988 foi criado o IPCC – Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas – no âmbito das Nações Unidas e a partir dessa altura nunca mais as questões relativas às alterações climáticas deixaram de ser debatidas por especialistas de todas as áreas: economia, medicina, direito, engenharia, etc, etc.-----

----- Em relação a este ponto, primeiro dar os parabéns pelo documento que nos foi colocado em cima da mesa, dividido em 4 volumes, que resume 375 páginas, do melhor que tenho lido, do ponto de vista técnico e científico, na área do Plano de Ação de Energia Sustentável e o Clima. Felicito não só o Município, mas também a empresa, na pessoa da Dr.ª Elsa Nunes, pela qualidade do mesmo. -----

----- Nós estamos aqui a falar de painéis solares, de viaturas, mas temos que perceber o sistema como um todo. E o sistema climático engloba basicamente meia dúzia de variáveis: que são as próprias alterações climáticas, a composição da atmosfera, o ciclo da água, os contributos da atividade humana, os ecossistemas e o ciclo do carbono. Quando estamos a falar destas questões temos obrigatoriamente de estar englobados com estes modelos. -----

----- Na elaboração deste documento houve alguma preocupação em contextualizar os efeitos previsíveis, agora e no futuro, relativamente a este processo. -----

----- Queria relembrar o último relatório do IPCC, que diz que em 2050 podem morrer 250.000 pessoas por causa de questões de saúde, devido às alterações climáticas. -----

----- Mas nós aqui no Concelho interessam-nos falar basicamente de três coisas: agricultura, recursos hídricos e floresta. -----

----- Na agricultura, com o aumento da temperatura e com a diminuição da precipitação, vai haver uma maior necessidade de irrigação. E, portanto, temos de ter mais cuidado na gestão e na qualidade da água. -----

----- No caso das florestas, há uma questão que me é particular porque vivo numa Freguesia que é extremamente florestal e deverão ser usadas espécies puramente autóctones. Isto do ponto de vista ambiental está corretíssimo, do ponto de vista social levanta-nos aqui um problema. Como é que vamos alimentar as pessoas, levar rendimento às pessoas que neste momento utilizam a produção florestal como fonte de subsistência. Nas nossas aldeias as pessoas são idosas, são proprietários, têm produção florestal, têm reformas baixas e têm ali aquele suplemento. Normalmente essas espécies autóctones não têm a mesma produtividade, pelo que gostava que num futuro próximo possa haver alguma compensação financeira a estes produtores. Enquanto isto não acontecer vai ser muito difícil impor a utilização dessas espécies autóctones. -----

----- Felicito também o Município por ter atingido o objetivo 2020, que era a redução dos gases



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de efeito de estufa em 20%, o aumento das fontes de energia renováveis em 20% e a diminuição do consumo energético em 20%. -----

----- Terminou disponibilizando-se para fazer formação e sensibilização junto das nossas crianças e das nossas camadas mais jovens, no sentido de alertar para vivermos cada vez mais com estas questões das alterações climáticas. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para referir que o sucesso do programa anterior se deve a todo o investimento que o Município tem feito, mas também com o empenho de todos os nossos colaboradores, nomeadamente da área do ambiente, que hoje estão aqui connosco, a Eng.^a Catarina e o Eng.^º José Carlos, e obviamente a Irradiare, que também nos acompanhou nesta monitorização. Mas é necessário um grande trabalho de sensibilização, como o Senhor Deputado José Manuel Carvalho referiu, junto das nossas escolas e junto da nossa comunidade em geral. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que na sua intervenção anterior, sobre o projeto do Monte Crasto, se esqueceu de referir que as espécies autóctones são todas para preservar e se possível aumentar. -----

----- Continuando a sua intervenção afirmou que em relação aos transportes urbanos coletivos ainda temos um longo caminho a percorrer. No âmbito da Comunidade Intermunicipal o primeiro concurso que lançámos para os transportes públicos ficou deserto. Uma das condições era a substituição de alguma frota por veículos elétricos, que ainda são muito caros e sem um apoio financeiro as empresas não vão renovar toda essa frota. Com a pandemia a procura dos transportes públicos regrediu e isso confirma-se nos transportes escolares, em que se verifica algum receio por parte dos pais. -----

----- Este plano é um plano Municipal e só com o investimento público e privado e com o investimento de todos é que conseguiremos alcançar as metas e para isso é necessário fazermos uma campanha de sensibilização junto das nossas escolas, junto da nossa comunidade, junto das nossas empresas, no sentido de dar a conhecer este plano e que se os seus investimentos tiverem enquadramento dentro das medidas que este plano preconiza, permitir-lhes-á algumas linhas de financiamento alcançarem o mérito ou serem mais pontuados, por irem de encontro do que efetivamente se recomenda neste plano.-----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e em complemento da intervenção do Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, afirmou que na realidade é uma preocupação relativamente aos pequenos agricultores que têm zonas arbóreas e que vão ter necessariamente de mudar o seu sistema de subsistência, forçosamente daqui a um par de anos vai ter que mudar e vai ter que haver um subsídio que compense a essas pessoas a mudança das espécies. Mas há outra coisa que neste momento nós não estamos a vislumbrar, que nos vai fazer alterar este plano, se calhar para 2030 já será um ponto preponderante, que vão ser os degelos, o aumento das águas do mar e possivelmente vai fazer com que uma parte da costa que nós hoje temos, daqui a 20 anos possa não existir ou possa pelo menos estar a ser ocupada pela água e impossibilitar, por exemplo, zonas que hoje



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são facilmente cultiváveis, daqui a 20 anos não sabemos quantos metros é que a água pode avançar e estaremos a discutir numa perspetiva nova no meio ambiental, em que a distância para o mar seja metade ou menos de metade do que é hoje e que tenha também isso alguma influência nos padrões e nas opções que nós vamos ter no futuro, pois todos os dias as coisas estão a mudar e nós temos de acompanhar essa mudança.-----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para reforçar a sua intervenção sobre a rede de transportes públicos e em relação à eficiência energética e às indústrias coloca uma questão que tem a ver com uma das medidas propostas que é "promover e criar uma estrutura técnica para o aconselhamento na área da eficiência energética para o setor da indústria e serviços", esta equipa será uma equipa a nível da autarquia ou será uma equipa externa ou mista.-----

----- O Senhor Vereador Lino Pintado e em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos afirmou que será a equipa que entendermos, depois de uma profunda análise e estudo sobre a matéria.

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal de Anadia, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 e na alínea k) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea h) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves e Vítor Manuel Santiago Tavares, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e uma abstenção, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Quando da votação não se encontrava presente na sala a Senhora Deputada Filipa Cardoso Tomás, do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

----- **Ponto três do Período da Ordem do Dia:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento de Funcionamento e da Atividade do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Anadia, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 3 do RAMA"; -----

----- Com enquadramento no ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo, tendo esta afirmado que o documento era claro e que se os Senhores Deputados pretendessem colocar alguma questão, estaria disponível para prestar qualquer esclarecimento.-----

----- Interveio o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, que fez



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma apreciação global do Regulamento, dando os parabéns ao Executivo pelo documento apresentado. -----

---- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal do Projeto Final do Regulamento de Funcionamento e da Atividade do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, Vítor Manuel Santiago Tavares e Filipa Cardoso Tomás, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e uma abstenção, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala o Senhor Deputado Arlésio Moreira da Silva e o Senhor Deputado Manuel de Oliveira Marinha, do Grupo Municipal do MIAP. -----

----- Anunciado o resultado da votação do ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação do plenário a proposta subscrita pelo Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, que se encontra arquivada junto ao Livro de Atas, para que, nos termos da alínea b), do número um, do artigo vigésimo primeiro, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), as deliberações a que se referem os pontos dois e três do período da ordem do dia, sejam aprovados em minuta, para produzirem efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o n.º 4, do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Submetida à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta tinha sido aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, Victor Manuel Santiago Tavares e Filipa Cardoso Tomás, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e a Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e uma abstenção do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala o Senhor Deputado Arlésio Moreira da Silva e o Senhor Deputado Manuel de Oliveira Marinha, do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo Municipal do MIAP. -----

----- Anunciado o resultado da votação da proposta apresentada pelo Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia. -----

----- Desde logo, deu início ao período de intervenção do público nos termos do artigo trigésimo sétimo do RAMA, informando que de acordo com o Regimento o Período de Intervenção do Público é distribuído pelos inscritos para esse desígnio e a palavra é dada aos cidadãos, no máximo por duas vezes, não podendo cada intervenção exceder cinco minutos, e para o qual se inscreveu a cidadã Filipa Margarida Sousa Mariz a quem foi dada a palavra e que em representação dos encarregados de educação do Centro Escolar de Arcos, apresentou o problema relacionado com o recreio, que em tempo de chuva ou de sol forte obriga a que as crianças passem os intervalos nos corredores do estabelecimento escolar e solicitam a construção de uma estrutura no exterior que permita que os alunos brinquem com as condições desejáveis.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à cidadã por expressar as suas preocupações e passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que afirmou que tudo aquilo que se projeta nunca é perfeito. Esta obra foi aprovada pela DEGEST e foi objeto de candidatura, e quando estas obras são objeto de candidatura há um período mínimo em que não é permitido fazer intervenções, porque estamos sujeitos às auditorias do que é o projeto inicial. Mas aquela escola tem um espaço diferente das outras, que é a zona do pavilhão. Só que nunca houve a disponibilidade para levarem os meninos para o pavilhão e usufruírem de outras condições. O telheiro ou a cobertura não resolvem o problema no inverno por causa do frio. -----

----- Esta situação foi encaminhada para os nossos serviços técnicos, nomeadamente para o arquiteto que desenhou aquela obra, para que se pudesse avaliar uma solução moderna e equilibrada e que provavelmente nunca será aquela que todos desejam. -----

----- Nós também temos a consciência que esta solução que vocês estão aqui a solicitar, a ser feita, vai ser reivindicada pelos outros Centros Escolares, pese embora tenham número menor de alunos e tenham mais espaço disponível. -----

----- É a resposta que eu vos posso dar, é que é um caso de estudo e podemos ter aqui uma solução, que pode não ser de todo aquela que muitos imaginam, mas é aquela que pode ser mais equilibrada, e que ao fim destes anos, já desvinculados um pouco daquilo que foi o processo de financiamento, possamos fazer algo mais no próprio Centro Escolar e posteriormente nos outros. É aquilo que se me oferece dizer neste momento, sem vos dar um compromisso de datas, como é óbvio, porque não gosto de o fazer, gosto mais que as coisas apareçam feitas do que estar a prometer, porque isto depois depende do projeto, depende do empreiteiro, depende do fornecedor. Vamos tentar, é o compromisso que deixo e que já transmiti. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a compreensão das encarregadas de educação e que levem alguma esperança na resolução breve da situação apresentada e



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agradeceu a todo o plenário o empenho que teve no debate dos pontos em discussão. -----
----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, quando eram dezanove horas e vinte e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

A Segunda Secretária -